

## Perturbações na paisagem pastoril do sudoeste angolano:

Ansiedade política e geografia aplicada no colonialismo tardio

*Disturbances in the pastoral landscape of southwest Angola: political anxiety and applied geography in late colonialism*

*Perturbations dans le paysage pastoral du sud-ouest de l'Angola : inquiétude politique et géographie appliquée dans le colonialisme tardif*

*Perturbaciones en el paisaje pastoril del suroeste de Angola: ansiedad política y geografía aplicada en el colonialismo tardío*

**Cláudia Castelo**

---



### Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/11177>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.11177

ISSN: 2316-7793

### Editora

Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

### Refêrencia eletrónica

Cláudia Castelo, «Perturbações na paisagem pastoril do sudoeste angolano:», *Terra Brasilis* [Online], 17 | 2022, posto online no dia 30 junho 2022, consultado o 31 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/11177> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.11177>

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 31 dezembro 2022.

All rights reserved

---

# Perturbações na paisagem pastoril do sudoeste angolano:

Ansiedade política e geografia aplicada no colonialismo tardio

*Disturbances in the pastoral landscape of southwest Angola: political anxiety and applied geography in late colonialism*

*Perturbations dans le paysage pastoral du sud-ouest de l'Angola : inquiétude politique et géographie appliquée dans le colonialisme tardif*

*Perturbaciones en el paisaje pastoril del suroeste de Angola: ansiedad política y geografía aplicada en el colonialismo tardío*

**Cláudia Castelo**

---

## NOTA DO EDITOR

Submetido 28 Jul. 2022; aceite 16 Out. 2022

## NOTA DO AUTOR

Transcrição do documento dactilografado em 7 páginas frente, assinado por Raquel Soeiro de Brito. No canto superior esquerdo da primeira página encontra-se aposto o carimbo da MGFHU. Na transcrição respeitou-se a ortografia original. A nota de rodapé constante no documento foi reproduzida da mesma forma. As notas 11, 13 e 14 incluem informações da responsabilidade da comentadora.

- <sup>1</sup> O documento que se reproduz foi elaborado por Raquel Soeiro de Brito (Elvas, 1925), geógrafa e professora universitária portuguesa, na qualidade de adjunta da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (MGFHU), um organismo da Junta de Investigações do Ultramar (JIU) dedicado ao trabalho de campo geográfico nos territórios coloniais portugueses.<sup>1</sup> Trata-se, como o título indica, de uma “Informação

relativa à criação de gado e pastoreio nos distritos de Moçâmedes e Huíla” ou, como Orlando Ribeiro se lhe refere, de um “relatório sucinto”.<sup>2</sup> Produzido no seio do campo científico, destinava-se a uma circulação expedita e reservada no campo político-administrativo colonial. A presidência da JIU transmitiu-o ao governo-geral de Angola, solicitando que fosse levado ao conhecimento do governo do distrito de Moçâmedes, do inspetor superior engenheiro Vasconcelos Guimarães (coordenador dos serviços de Planeamento e Ordenamento da Pastorícia), e do diretor do Instituto de Investigação Científica de Angola.<sup>3</sup>

- 2 O conteúdo do documento reporta-se ao trabalho que Raquel Soeiro de Brito realizou numa estadia de 42 dias no sul de Angola, entre meados de setembro e finais de outubro de 1968, depois de em agosto e setembro do ano anterior, correspondendo a um pedido do governo do distrito de Moçâmedes, já ter começado a estudar o problema da interferência da delimitação de áreas de criação de gado por colonos brancos com os modos de vida das populações pastoris e agro-pastoris daquele distrito.
- 3 A opção por dar a conhecer este documento no dossiê temático “Geografia portuguesa, trópicos e colonialismo tardio” radica, por um lado, na relevância da atividade da sua autora no âmbito da “geografia tropical” portuguesa entre meados da década de 1950 e o início da década de 1970; por outro, na sua capacidade de ilustrar a relação entre o poder colonial e a produção de conhecimento geográfico nas últimas décadas do domínio português em África e, concretamente, durante o decurso da guerra colonial/de libertação em Angola (1961-1974). Remete-nos para um momento de revalorização do discurso e da prática geográfica ante o aumento da contestação anticolonial, para os debates em torno das dimensões epistemológica e prática da geografia, nomeadamente sobre a “geografia aplicada” a políticas públicas de pendor reformista. Neste caso, a geografia é chamada a dar a sua contribuição (através dos seus métodos próprios de observação e interpretação) às políticas no domínio da organização do espaço e da relação entre a criação de gado “tradicional” e “empresarial”, como forma de evitar fenómenos extremos de perturbação das paisagens e modos de vida das populações colonizadas no sudoeste de Angola. O documento indicia uma colaboração mais estreita da MGFHU com o governo de Angola e, especificamente, com o governo do distrito de Moçâmedes, no estudo dos problemas da pecuária e da sua solução.
- 4 Antes de apresentar o documento em si, traço brevemente o contexto geral e específico em que se deu a sua produção, isto é, por um lado, o problema político e social para o conhecimento do qual foi pedida a colaboração da MGFHU; e, por outro, o trabalho de campo realizado por Raquel Soeiro de Brito em resposta à solicitação da Administração colonial caucionada pelo poder político metropolitano.

## A problemática

- 5 A ocupação de terras para exploração pecuária empresarial nas então províncias da Huíla e de Moçâmedes teve início na década de 1950, na sequência de legislação criando reservas de terrenos para criação de gado destinadas a criadores europeus.<sup>4</sup> À medida que essa ocupação avança vão surgindo problemas entre os criadores europeus e os pastores africanos. Concretamente na região do Humbe e Mucope (Huíla), a demarcação de terrenos para o estabelecimento de fazendas aramadas de criadores de gado “evoluídos” dá azo a um clima de crispação que, segundo o delegado da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) em Sá da Bandeira, podia favorecer a

subversão.<sup>5</sup> As medidas sugeridas por uma comissão técnica criada pelo governador do distrito para analisar a situação acabam por não ser aplicadas, o que provoca um agravamento das tensões entre os pastores africanos e os criadores portugueses. A situação é vista como potencialmente perigosa pela administração colonial. O secretário provincial de fomento rural do governo de Angola atribui à Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) a tarefa de colher localmente elementos capazes esclarecer o problema. Os trabalhos de inquérito realizados pela MIAA no terreno no ano agrícola de 1963-64 confirmam que os povos pastores estão a ser lesados, sendo-lhes sonogados pastos para o gado, bloqueado o acesso deste à água (nomeadamente a pontos de água abertos pela Administração) e dificultados ou impedidos os caminhos da transumância.<sup>6</sup>

- 6 Problema idêntico começa a viver-se no distrito de Moçâmedes. O governo de Angola nomeia então um grupo de trabalho que elabora as “Normas gerais para o ordenamento e planeamento da pastorícia”, sendo instituída a Coordenação do Planeamento e Ordenamento da Pastorícia (na Secretaria Provincial de Fomento Rural) e, na sua dependência, em substituição das Comissões de Pastos e Águas, as Comissões Distritais de Planeamento e Ordenamento da Pastorícia da Huíla e Moçâmedes.<sup>7</sup> Mais do que manobras de dilação de decisões, as comissões são respostas a crises, repositórios das ansiedades do Estado colonial (Stoler, 2002: 104). No caso em apreço sobressai a preocupação estatal face ao eventual alastramento da guerra – localizada no norte e no leste – ao sul de Angola.
- 7 Nas reuniões e plenários do Conselho de Coordenação do Planeamento e Ordenamento da Pastorícia, desde pelo menos janeiro de 1967, apontam-se a necessidade e a urgência de estudar o problema da demarcação de terrenos nas zonas de criação e pastoreio dos povos agro-pastoris e pastores do sudoeste de Angola, e essas posições são homologadas pelo governador-geral de Angola. A realização dos estudos é atribuída ao Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), mas prevê-se a colaboração de outros organismos de Angola e da metrópole.
- 8 Os elementos apresentados pela MIAA em meados de 1967 confirmam “uma ocupação que, dado o atual estágio de evolução das populações e forma de maneio dos seus gados, se deve considerar quase exaustiva, nas zonas 34 e 35, da Zonagem Agrícola de Angola da Missão de Inquéritos Agrícolas.”<sup>8</sup> Confirma-se também a perturbação causada no equilíbrio das explorações em regime tradicional pelo estabelecimento de empresas pecuárias de colonos.
- 9 O IICA propõe um esquema de estudo do problema do planeamento e ordenamento da pastorícia, considerando as vertentes sociológica, ecológica e económica. Porém, o instituto só dispõe de um especialista em Sociologia e sugere que os aspetos sociológicos e ecológicos sejam abordados também por especialistas do Instituto de Investigação Agrária de Angola (IIAA), do Instituto de Investigação Veterinária de Angola (IIVA), da MIAA, do Instituto Pio XII de Luanda e da MGFHU. Quanto à dimensão económica do problema, considera que deve ser estudada por especialistas da metrópole em economia agrária, como os engenheiros Mandes Espada, Agostinho de Carvalho e Manuel Belchior.
- 10 Em novembro de 1967, para agilizar os trabalhos, o Conselho atribui a José de Sousa Bettencourt, responsável pela divisão de sociologia do IICA, os estudos sociológicos. Em maio de 1968, o IICA submete à apreciação do conselho os trabalhos “Planeamento e ordenamento da pastorícia nos distritos da Huíla e de Moçâmedes (Considerações de ordem sociológica)” e “Planeamento e ordenamento da pastorícia na região do Humbe

(Investigações de campo)”. Dados de 1967, e sem que o autor ou autores sejam identificados, o primeiro é um trabalho de gabinete com base numa revisão documental e bibliográfica sobre o tema; o segundo, realizado depois do primeiro, é o resultado das pesquisas de campo de uma brigada do Departamento de Ciências Humanas do IICA na região do Humbe, de 18 de outubro a 19 de novembro de 1967. Este documento analisa as implicações sociológicas e apresenta subsídios para a sua solução.

- 11 Já depois de entregues aqueles estudos, o IICA considera que as pesquisas devem prosseguir com a colaboração do investigador José de Sousa Bettencourt, do Padre Carlos Estermann, do Instituto Pio XII e da MGFHU da JIU. O diretor do IICA refere que relativamente aos estudos da competência da MGFHU – de organização do espaço –, já fora solicitada a sua colaboração. Por incumbência do secretário provincial de Fomento Rural, o chefe da MIAA, durante a sua última estadia em Lisboa, em fevereiro de 1968, já tinha contactado o presidente da comissão executiva da JIU, que se comprometera a viabilizar a cooperação.

## A geógrafa no terreno

- 12 Raquel Soeiro de Brito, a primeira mulher portuguesa a doutorar-se em Geografia (1955) e – como a própria vinca em registo autobiográfico – o único elemento da JIU a fazer trabalho de campo geográfico em todos os territórios coloniais portugueses entre 1956 (Índia) e 1972 (Timor), caracteriza-se a si mesma como uma “geógrafa de terreno” (Giraldo Villamizar *et al.*, 2021: 19-20). Antes de ler sobre um assunto, de o estudar em profundidade no gabinete, envolvia-se no trabalho de campo, “enlame[ava] os sapatos” – como lembra em entrevista recente. Primeiro via por si; não queria ser condicionada pela forma como os outros tinham visto. Cultivava uma “geografia indutiva”, baseada na observação e na recolha de dados empíricos *in situ* sobre as interações entre as pessoas e o meio (Oliveira, 2021: 10).
- 13 A atividade que desenvolveu nas colónias assentava na observação das paisagens, dos processos de transformação trazidos pela colonização e das suas consequências sociais e ambientais. Corresponhia a um entendimento da geografia enquanto disciplina de síntese entre o mundo natural e o social e da sua função nos “territórios em vias de transformação” de alertar – “tocar a sineta” como disse o também geógrafo Francisco Tenreiro (1964: 55) –, a fim de que outros em especialidade e profundidade solucionassem os problemas detetados. Podemos inferir que Raquel Soeiro de Brito partilhava com a restante equipa a ideia de que a geografia podia ser útil nas tarefas de planeamento regional e económico, implantação de indústrias, ordenamento das populações, inventário de recursos naturais e utilização do solo, à semelhança do que acontecia nos territórios coloniais britânicos e franceses. No projeto de criação da MGFHU, instituída em 1960 para colmatar as lacunas em conhecimento geográfico sobre os territórios coloniais portugueses, em especial sobre os mais extensos, e corresponder aos desafios da cooperação científica inter-imperial, Orlando Ribeiro esclarecia:

É evidente que qualquer tentativa de aplicação e utilização de elementos geográficos se baseia, por um lado, na pesquisa desinteressada e no conhecimento conjunto dos territórios, por outro na informação que nos seja pedida e nos problemas (de administração, de economia, de planeamento) para os quais a nossa atenção e colaboração seja solicitada. À minha formação agrada mais a pesquisa

desinteressada; mas não negaria, antes gostosamente daria, toda a colaboração que neste campo me viesse a ser pedida.<sup>9</sup>

- 14 A pesquisa de Raquel Soeiro de Brito no âmbito da campanha de 1967 da MGFHU localizou-se na zona sudoeste de Angola. No plano inicial, a geógrafa propunha-se estudar a cidade de Moçâmedes, as hortas e as pescarias. Porém, a pedido do governador do distrito (e presidente da Comissão Distrital para o Planeamento e Ordenamento da Pastorícia) e com a anuência de Orlando Ribeiro, iniciou também o estudo das populações pastoris e agro-pastoris do deserto e da sua orla (Muchimbas, Mucubais e Muílas) e da interferência que a demarcação de concessões para brancos teve nos seus modos de vida. Para a realização dessa primeira prospeção, contou com o apoio da Comissão Distrital de Planeamento e Ordenamento da Pastorícia, em termos logísticos e na disponibilização de dados levantados pela MIAA.
- 15 No regresso a Moçâmedes na campanha de 1968, com o acordo do chefe da MGFHU, da JIU e do subsecretário de Estado do Fomento, Raquel Soeiro de Brito prosseguiu o estudo iniciado na campanha anterior junto dos povos pastoris e agro-pastoris. Não temos informação detalhada sobre as práticas usadas no trabalho de campo, mas sabemos que o inquérito incluiu o sobrevoo da região e a consulta do mapa de Angola na escala de 1:100000 e de dados fornecidos pela administração local.
- 16 Esta campanha corporiza a predisposição da MGFHU para colaborar com a administração colonial e o interesse da administração colonial em se munir de aconselhamento científico que complementasse o trabalho de serviços e departamentos da própria colónia de Angola, cujas conclusões pretendia validar.

## O relatório e o futuro

- 17 Na “Informação relativa à criação de gado e pastoreio nos distritos de Moçâmedes e Huíla”, Raquel Soeiro de Brito começa por proceder a uma caracterização sumária do espaço e das populações que ali habitam. Situa a génese do “grave problema que se pretende estudar e resolver a contento” ([1]) de todas as partes: quando no final da década de 1950 e sobretudo em meados dos anos 60, começou a despertar um interesse, quer espontâneo quer orientado pelos serviços estatais, na exploração pecuária, e os pedidos de concessão de terra recaíram em áreas de ocupação pastoril e agro-pastoril por nativos. Expõe, de seguida, o que tem sido feito pelas autoridades locais, ao nível da melhoria de pontos de água pré-existentes e da abertura de novos. Explica que a transumância, ao contrário do que se pensava, não se realiza essencialmente por falta de água, sendo a qualidade e variedade dos pastos um fator determinante das deslocações do gado (2). Refere que dada a falta de estudos para uma programação da reestruturação do espaço baseada em conhecimento científico, os pedidos de concessão têm sido atendidos, com base na falsa premissa de que não há ocupação efetiva por parte das populações autóctones (3). Porém, quer a observação do mapa de Angola na escala de 1:100000, quer as observações em sobrevoo e no terreno e os dados fornecidos pela administração local apontam noutra direção. Além disso, confirma que “um clima de tensão já está criado em muitos lugares e rapidamente se pode estender a vastas áreas”, daí a urgência de um estudo multidisciplinar do problema (6). No domínio da geografia humana, propõe que os estudos de pormenor no distrito da Huíla sejam atribuídos a João Pereira Evangelista, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Luanda (em Sá da Bandeira) e colaborador da MGFHU; e no distrito de Moçâmedes, a

Joaquim Lino da Silva, assistente da MGFHU e futuro investigador do IICA. Salienta que Angola dispõe de uma excelente base para os estudos geográficos: todos os dados de inquérito e estatísticos produzidos pela MIAA. Por fim, sugere que a MGFHU oriente os trabalhos geográficos em curso e em perspectiva, e participe nas reuniões para a tomada de decisões e discussão de resultados (7).

- 18 O documento remete-nos para a produção de conhecimento geográfico no contexto político-militar da contra-subversão em Angola. O Estado colonial acossado encomenda estudos que o ajudem a compreender e a sustentar o descontentamento dos agro-pastores africanos e a pensar o território à luz das relações entre aqueles e os empresários europeus. Esse exercício, embora dinâmico, ocorre no quadro da própria situação colonial e obviamente para a sua salvaguarda. Talvez não seja possível identificar resultados práticos desta colaboração no que tange concretamente à organização do espaço do “complexo do leite”, isto é, da região do sul e sudoeste de Angola onde a criação de gado bovino (no âmbito da qual decorria a ordenha) era a principal atividade económica das populações (Carvalho, 1963). Isto não só por o ritmo forçosamente lento do trabalho científico ter sido ultrapassado pelas transformações da história. As contradições e ambiguidades do poder colonial tardio no que se refere ao modelo de desenvolvimento a seguir no sudoeste de Angola não podem ser descartadas nesse desenlace. Porém, o interesse do conhecimento gerado extravasa a sua aplicação imediata. Na *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, encontramos um artigo baseado nas observações e inquéritos geográficos realizados em 1967 e 1968, ilustrado com mapa, figuras e fotografias (Brito, 1970). A partir dele podemos refletir sobre eventuais continuidades pós-coloniais (Carvalho 1995) e homologias entre o período colonial tardio e as duas últimas décadas após a guerra civil, em que se vem assistindo à apropriação de terras comunitárias rurais para a pecuária comercial com a conivência do Estado independente de Angola (Amnistia Internacional, 2019).

---

## BIBLIOGRAFIA

- Amnistia Internacional (2019). O fim do paraíso do gado. Como o desvio de terras para explorações pecuárias minou a segurança alimentar nos Gambos, Angola. Disponível em: <[https://www.amnistia.pt/wp-content/uploads/2019/10/PT\\_End-of-Cattles-Paradise-Report.pdf](https://www.amnistia.pt/wp-content/uploads/2019/10/PT_End-of-Cattles-Paradise-Report.pdf)> Acesso: 30 de junho de 2022.
- Brito, Raquel Soeiro de (1970). “Nótula acerca dos povos pastores e agro-pastores do distrito de Moçamedes”. *Finisterra*, v. 5, n. 9, pp. 69-83. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2471>> Acesso: 30 de junho de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2471>
- Carvalho, Eduardo Cruz de (1963). “Esboço da zonagem agrícola de Angola”. *Fomento*, v. 1, n. 3, pp. 67-72.
- Carvalho, Ruy Duarte de (1995). “O futuro já começou? Transições políticas e afirmação identitária entre os pastores kuvale (herero) do Sudoeste de Angola”. *Lusotopie*, n. 2, pp. 221-238.

Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/luso\\_1257-0273\\_1995\\_num\\_2\\_1\\_988](https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1995_num_2_1_988)> Acesso: 30 de junho de 2022.

Castelo, Cláudia (2018). “Arame farpado, conhecimento e desenvolvimento no Sudoeste de Angola (c.1960-1974)”. *Africana Studia*, n. 30, pp. 47-59. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/7667>> Acesso: 30 de junho de 2022.

Giraldo Villamizar, Catalina; Ceola, Francesca; González Arango, Nicolas; Oliveira, Francisco Roque de (2021). “Memórias fotográficas: uma entrevista com Raquel Soeiro de Brito”. In: Oliveira, Francisco Roque de (coord.). *Memórias fotográficas: uma entrevista com Raquel Soeiro de Brito - Cadernos fototeca*, 1. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 12-39. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50349>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: 10.33787/CEG20210003-2

Oliveira, Francisco Roque de (2021). “‘Só venho ver a terra’: trabalho de campo, fotografia de terreno e trópicos segundo Raquel Soeiro de Brito”. In: Oliveira, Francisco Roque de (coord.). *Memórias fotográficas: uma entrevista com Raquel Soeiro de Brito - Cadernos da Fototeca*, 1. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 5-13. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50346>> Acesso: 30 de Junho de 2022. DOI: 10.33787/CEG20210003-1

Sarmento, João (2022). *Orlando Ribeiro - Cadernos de Campo. Angola 1960-1969*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Stoler, Ann Laura (2002). “Colonial archives and the arts of governance”. *Archival Science*, 2, pp. 87-109. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/BF02435632>> Acesso: 30 de Junho de 2022.

Tenreiro, Francisco (1964). “Angola: problemas de geografia humana”. In: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. *Angola: Curso de extensão universitária, ano lectivo de 1963-1964*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, pp. 35-60.

## ANEXOS

### Documento

S.R.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

JUNTAS DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR

MISSÃO DE GEOGRAFIA FÍSICA E HUMANA DO ULTRAMAR

INFORMAÇÃO RELATIVA À CRIAÇÃO DE GADO E PASTOREIO NOS

DISTRITOS DE MOÇAMEDES E HUÍLA

Tanto no distrito de Moçâmedes como no da Huíla a distribuição da população autóctone é muito irregular. Apesar de menos estabilizada em Moçâmedes do que na Huíla, por ali serem mais duras as condições de solo e de clima, a maior densidade de população ocorre, tanto num distrito como noutro, nos locais mais favorecidos pela qualidade de pastos, pela facilidade de água, e ainda, nos povos agro-pastores, pela possibilidade de estabelecimento de campos de culturas. Embora ainda hoje não esteja feito, ou terminado, o estudo da vegetação com interesse pascigoso e portanto não se saiba correctamente a carga pecuária óptima de cada mancha, cujo valor varia em função dos factores edáficos e pluviométricos, parece ser de admitir, a priori, que a



irregularidade da distribuição da população estará correctamente orientada por esses factores.

Não admira, pois, que, quando nos últimos anos do decénio de cinquenta, e principalmente a partir de meados do actual, começou a despertar um interesse, quer espontâneo quer orientado por serviços do Estado, na exploração pecuária, os pedidos de concessão tivessem recaído em áreas ocupadas por nativos. Baseada no princípio da mobilidade destas populações, na transumância irregular no tempo e no espaço feita pela maioria das populações nativas, a resposta ao pedido de concessões foi quase sempre positiva. Assim se tem vindo progressivamente vedando com arame extensas áreas, de que, só para dar alguns exemplos, referirei, como mais afectadas, as zonas de Camucuiu, Lola, Caitou, Caraculo-Vivei (no distrito de Moçâmedes); sistematicamente ao longo das margens do Cunene, chegando mesmo até ao leito menor, desde o rio dos Elefantes até à Donguena, em toda a área de Mucope, abrangendo as margens do Cunene e do Caculuar (no distrito da Huíla).

Aqui começa o grave problema que se pretende estudar e resolver a contento, quer das populações nativas que não podem ser privadas das áreas conferidas por direito consuetudinário, quer proporcionando a fixação de população branca, desde que venha a ser provada a viabilidade do seu estabelecimento em condições económicas – o que previamente tem de ser estudado e equacionado em moldes modernos de rentabilidade.

Até este momento, efectivamente o que tem sido feito é a melhoria de pontos de água tradicionais e a abertura de novos, em áreas indicadas pelos Serviços de Geologia e Minas, segunda, evidentemente, os recursos hídricos. A intenção da abertura e melhoria tem sido, acima de tudo, tentar uma certa fixação das populações nativas, pensando-se – o que nem sempre é certo – que a transumância é essencialmente realizada por falta de água. Mas a quantidade e, principalmente, a qualidade dos pastos é um factor determinante da deslocação dos gados; e é já sobejamente conhecida a influência de certos sais minerais, obrigando os gados em certas épocas do ano a deslocações, por falta de correctivos na alimentação. Isto significa que no estado actual da criação de gado não se deverá pensar na abolição da transumância. Cada povo tem bem delimitado o seu raio de acção próprio, de modo a possibilitar ao gado, ao longo do ano, as melhores condições nas respectivas áreas. Por isso os Mucubais se deslocam para a serra numa altura do ano em que aí já começa a chover e quando os pastos nas zonas baixas pouco menos estão que esgotados; por isso também os Humbes encaminham os seus gados entre a tunda, na época das chuvas, onde os pastos têm, certo poder nutritivo, mas onde não há facilidade de, com meios técnicos rudimentaríssimos, se fazerem captações de água, e a evanda, onde após a descida do rio os gados encontram pastagem relativamente variada e abundante e a água que lhes é indispensável. Quer dizer: no estado actual é indispensável às populações nativas usufruírem vastas áreas de recursos "complementares" para que possam manter o mesmo modo de vida.

Nestes últimos anos tem-se verificado, com carácter tão sistemático que já alertou a alta Administração, a instalação de concessões em locais que procuram acima de tudo ter água ao longo do ano. E à falta de estudos adequados e intensivos e de séria programação para uma reestruturação do espaço baseada em conhecimento científico e orientada por serviços competentes, esses pedidos têm sido atendidos, na base quase sistemática de “não haver ocupação efectiva por parte de populações autóctones”.

Ora a simples observação do mapa de Angola na escala de 1:100.000 evidencia a ocupação do solo, e simples inquéritos-sondagens mostram a durabilidade desses estabelecimentos (apesar do conhecimento tradicional da instabilidade das populações pastoris e agro-pastoris) que, ao longo de todo o Cunene, se pode considerar como um povoamento estabilizado, apenas variando a posição das casas dentro dos "ongumbos", (áreas de habitação, currais e espaços de cultura) por entrarem no mesmo sistema de rotação que as folhas de cultivo. É lógico que quem faz os pedidos de demarcação, não estando de posse nem do conhecimento dos modos de vida, nem das necessidades de organização do espaço dos povos que habitam as respectivas regiões, peça as áreas que, a priori, pareçam ser as melhores, ou seja, as de mais intensa exploração nativa. Estabelece-se, assim, um antagonismo entre os criadores tradicionais, que se vêem espoliados das terras que "de facto" lhe pertencem; vêem toda a sua estrutura tradicional desorganizada, pela amputação de grandes áreas do "tchilongos", (conjunto de vários ongumbos sob a égide do mesmo chefe) ou de áreas de direito consuetudinário, sem, pelo menos imediatamente, poderem entrar em novos sistemas sociais; vêem, tantas vezes, perdidas as esperanças de terem merecido a atenção das autoridades, quando, depois da melhoria ou abertura de pontos de água, estes ficam dentro de áreas de concessões... Mais ainda: a sua perturbação aumenta com o facto de grande parte dos criadores brancos, por falta de recursos, dentro das concessões, que permitam uma boa alimentação dos gados ao longo de todo o ano, os largam para fora das propriedades, enquanto o pasto é relativamente abundante nas áreas circunvizinhas, só os metendo nos cercados quando as possibilidades do "lado de fora" estão esgotadas.

O simples sobrevoo atento destas regiões é suficiente para deixar ver a quantidade de ongumbos que, por ficarem dentro de concessões, foram recentemente abandonados; muitos deles são facilmente detectáveis por as cercas estarem reduzidas a cinzas... Se algumas famílias puderam ainda deslocar-se para áreas relativamente próximas e continuar a usufruir de áreas de pastos costumeiras, outras tiveram de procurar novos locais para se estabelecerem a várias dezenas de quilómetros de distância; e uma vez desorganizada toda a estrutura tradicional, muitas famílias não hesitaram em quebrar os laços que as uniam aos tchilongos para se irem estabelecer no Sudoeste Africano, podendo contar-se por algumas centenas, que, talvez para sempre, abandonaram o solo angolano – e com elas saíram umas 20 000 cabeças de gado.

No distrito de Moçâmedes, 76 p.100 da sua área é ocupada por deserto onde a ocupação humana é nula ou insignificante e 20 p. 100 está sob um regime semi-árido, de fraco revestimento vegetal, fraco poder nutritivo para o gado e sujeita a grandes variações pluviométricas anuais, obrigando a grandes deslocações de pessoas e gados, quase sempre acompanhadas por elevada mortandade nestes. Apenas nos restantes 4 p. 100 da superfície (situada entre os 700 m e os 1200 m) se encontram pastos de certo valor nutritivo, que mantêm ao longo do ano boas condições de palatabilidade; esta região beneficia também de uma mais regular precipitação, que se reflecte directamente na abundância e permanência dos pontos de água. Para uma população nativa total de 33000 habitantes havia em 1967 um pouco mais de 110000 cabeças de gado<sup>10</sup> de que 72 p. 100 eram bovinos, ou seja, média de 3,3 cabeças totais de gado ou 2,4 bovinos por habitante. Aparentemente este número é baixo e poder-se-ia ser levado a pensar na possibilidade de expansão da pecuária nesta zona, sem problemas de interferência de terras e sem a necessidade de grandes investimentos. Tal não acontece, porém, em

virtude das muito fracas condições ecológicas. Para se estabelecerem criações de gado sem o perigo de colisão com os interesses da população autóctone há que procurar locais mais difíceis e, portanto, menos ocupados pelos povos locais e aí proceder, antes de mais, ao estudo da capacidade de nutrição e seguidamente dos pastos, à abertura de poços ou furos artesianos que permitam o abastecimento normal de água ao longo de todo o ano; há que calcular a capacidade de pascigo, e, através de estudos de genética e por meio de cruzamentos tentar encontrar a variedade que se adapte bem às rudes condições do meio e tentar fixá-la. Por outras palavras, há que fazer o estabelecimento de criadores evoluídos e dispostos a empregar capital amortizável, sem dúvida, a longo prazo. Há técnicos que são muito pessimistas a este respeito...

Parece contudo indispensável que, ao pensar-se em reservas para nativos, se não consinta no seu progressivo encurralamento nas áreas de piores condições, entregando-se aos concessionários brancos que, em princípio, podem dispor de melhor conhecimento técnico e de capitais, áreas desde há muito ocupadas, de maneira mais ou menos intensiva, pelos nativos. Parece possível admitir, de preferência, que a Administração tome a seu cargo as melhorias que a técnica hoje permite e transforme as áreas ecológicamente menos dotadas para a criação, em áreas a ela propícias, destinando-as às futuras concessões e, ao mesmo tempo que as responsabilize pelo aproveitamento dessas áreas, proporcione uma sólida orientação na escolha das raças e de gado mais adequado a cada um dos casos e favoreça a sua continuidade, através de estabelecimento de serviços.

A percentagem de área utilizável no distrito da Huíla menos é alarmante do que no de Moçâmedes; mas a densidade de população é maior; 3,6 h/km<sup>2</sup> na Huíla contra 0,77 h/km<sup>2</sup> em Moçâmedes.

Acresce ainda que a distribuição de concessões para criação de gado tem sido mais numerosas na Huíla que em Moçâmedes, ou, pelo menos, a sua distribuição tem afectado de maneira mais espectacular a área de pascigo tradicional e indispensável ao mantimento dos gados pelos nativos; e de uma maneira quase sistemática tem cortado o acesso aos rios principais para os gados dos autóctones. Os "corredores" de acesso que, posteriormente às primeiras concessões, parecia terem ficado estabelecidos, ou não se vieram a concretizar ou logo se revelaram ineficazes, por deficiência de área.

Os inconvenientes, no distrito de Moçâmedes, do estabelecimento de concessões sem um primeiro estudo atento das suas localizações manifestam-se na usurpação das melhores terras de pascigo e no alongamento dos caminhos de transumância, por vezes de algumas dezenas de quilómetros, o que se traduz numa sobrecarga de esforço tanto para homens como para os animais.

Há que não esquecer, como diz a Prof.<sup>a</sup> Beaujeu-Garnier [Jacqueline Beaujeu-Garnier]<sup>11</sup> que "quando as sociedades humanas... estão longa e solidamente enraizadas, têm tendência a adaptar-se ao ambiente, enquanto as recém-chegadas, pouco numerosas, são tentadas a desbaratar ou, pelo menos, a prodigalizar os recursos de uma região que se abre largamente à sua frente": "os malefícios da erosão dos solos nas vastas planícies dos Estados Unidos, pela cultura extensiva de cereais, ... os desastres de esgotamento das terras de café no estado de São Paulo (Brasil) não têm outra causa". Que as vastas regiões do Sul de Angola, votadas a um regime de pastoreio porventura mais intenso do que a ecologia permite, não venham juntar-se ao já extenso rosário de desastres...

Um clima de tensão já está criado<sup>12</sup> em muitos lugares e rapidamente se pode estender a vastas áreas; por isso é urgente o estudo global do problema. Ele tem de abranger, como já referi, além de um estudo em profundidade da vida tradicional das comunidades, não só para se poderem manter como para se expandirem, estudos climáticos, pedológicos, de capacidade pascigosa, de genética bovina, visando a procura de cruzamentos que se traduzam por maior robustez e adaptação às condições regionais; as possibilidades técnicas e económicas de trazer para o pascigo vastas áreas hoje inaproveitadas principalmente por falta de água (mas ignorando-se, pelo menos em pormenor, a capacidade alimentar do manto vegetal); o estudo de mercados em condições modernas de funcionamento; o estabelecimento de preços que incitem os criadores tradicionais a aderirem à "nossa" sociedade e permitam aos criadores ditos localmente de "organizados" não soçobram numa empresa que, segundo alguns técnicos locais, é, ainda neste momento, extremamente difícil.

Uma vez pedida a colaboração da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar, e tendo-me cabido a abordagem deste problema, tenho a honra de propor, em face da urgência do estudo e em virtude de todos os colaboradores da Missão terem a seu cargo pesados serviços de docência, que:

1. Sob a orientação directa do Chefe da Missão, ou de algum colaborador que ele designe para tal, comece imediatamente o estudo profundo da organização do espaço das áreas abrangidas pelo "Planeamento e Ordenamento da Pastorícia" e dos modos de vida das respectivas populações.
2. Tais estudos de pormenor deverão ser entregues ao Dr. João Evangelista,<sup>13</sup> actualmente assistente de Geografia nos Estudos Gerais, em Sá da Bandeira, e ao Dr. Lino da Silva,<sup>14</sup> que em breve irá trabalhar para o Instituto de Investigação Científica de Angola e que tem sido assistente da Missão, tendo já trabalhado no distrito de Moçâmedes, nomeadamente com o povo Mucubal. As áreas de estudo a distribuir-lhes deveriam ser, respectivamente, as de Huíla e de Moçâmedes.
3. Existe na Província a melhor base imediata para estudos, quer estatísticos quer de inquérito, feita pela Missão de Inquéritos Agrícolas. Todos os elementos de campo da Missão de Inquéritos, desde estatísticas já elaboradas, aos numerosos croquis minuciosamente levantados, deverão ser inteiramente postos ao serviço dos novos colaboradores que os manejarão com a técnica geográfica de que eles dispõem, e os elementos carecem, acompanhando esse trabalho de elaboração com as necessárias idas ao terreno e os inquéritos complementares considerados indispensáveis.
4. O papel da Missão de Geografia seria, pois, o de orientador dos trabalhos geográficos em curso e de direcção de novas pesquisas, devendo ainda, e pelas razões expostas, estar representada sempre que ocorram reuniões de decisão e de discussão de resultados.

Lisboa, 2 de Dezembro de 1968

Raquel Soeiro de Brito

Adjunta da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar

## NOTAS

1. Sobre a história das pesquisas geográficas nas colónias portuguesas no âmbito da JIU e a atividade da MGFHU, veja-se Sarmento, 2022.
2. O documento, com sete páginas datilografadas, datado de Lisboa, 2 de dezembro de 1968, surge em anexo ao ofício de Orlando Ribeiro, chefe da MGFHU, para o presidente da comissão executiva da JIU, da mesma data. Portugal, Arquivo da Universidade de Lisboa, Fundo da Junta de Investigações do Ultramar (daqui em diante, PT, UL, JIU), Processo 84 (Maria Raquel Viegas Soeiro de Brito), doc. 222.
3. Despacho da presidência da JIU, datado de 5 de dezembro de 1968, no ofício citado na nota anterior. PT, UL, JIU, Proc. 84, doc. 222.
4. Estabelecimento da reserva pastoril do Caraculo na província de Moçâmedes, em 1948. Diploma legislativo n.º 2232, *Boletim Oficial de Angola*, 1.ª série, n.º 1, 4 de janeiro de 1950 (cria na província da Huíla reservas globais de terrenos para criação de gados, destinadas a criadores não indígenas); portaria n.º 7695, *Boletim Oficial de Angola*, 1.ª série, n.º 51, 26 de dezembro de 1951 (aprova o regulamento das concessões nas reservas pastoris e o regime do processo de concessão e o regulamento interno das mesmas reservas).
5. Portugal, Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Arquivo da PIDE/DGS, Delegação de Angola, Proc. Inf. N. proc. 16.21.A/3, n.º 2131. Processo relativo à Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, Relatório de 1 de setembro de 1962
6. Veja-se Castelo, 2018.
7. Portaria n.º 13906, de 4 de setembro de 1965, publicada em Província da Angola, *Boletim Oficial*, I série, n.º 36, da mesma data. Paralelamente, através do Plano de Coordenação para o Abastecimento de Água às Regiões Pastoris do Sul de Angola, continuam a ser feitas sondagens e captações de águas subterrâneas. Portaria n.º 13960, 16 de outubro de 1965, em Província da Angola, *Boletim Oficial*, I série, da mesma data.
8. Cópia da informação n.º 14/CPOP/68, Luanda, 14.9.1968, da Coordenação do Planeamento e Ordenamento da Pastorícia, assinada pelo inspetor provincial, engenheiro geógrafo, Francisco de Vasconcelos Guimarães, e pelo chefe da MIAA, engenheiro agrónomo Eduardo Cruz de Carvalho, sobre a “colaboração da MGFHU no estudo dos povos do SW de Angola”, p. 2. PT, UL, JIU, Proc. 84, doc. 216.
9. Orlando Ribeiro, Projecto de criação de uma Missão de Geografia do Ultramar, s.d. PT, UL, JIU, Proc. 829 (MGFHU), vol. 1, doc. 1.
10. Dados fornecidos pela Administração local.
11. Jacqueline Beaujeu-Garnier (1917-1995), geógrafa francesa, à época professora da Faculdade de Letras de Lille. Embora Raquel Soeiro de Brito não inclua a fonte, a citação é da obra *Géographie de la population* (1956).
12. Foi ao aperceber-me dele que já no ano passado indiquei às pessoas interessadas pela resolução destes problemas, o precioso estudo do Prof. P. GOUROU “Une paysannerie africaine au milieu du XX<sup>e</sup> siècle: Les Kikuyu et la crise Mau-Mau” (*Les Cahiers d’Outre-Mer*, 28, 7<sup>e</sup>. année, 1954, pp. 317-341).
13. João Pereira Evangelista (1920-2011).
14. Joaquim Manuel Bragança Lino da Silva (n. 1930).

---

## RESUMOS

Este comentário concorre para a contextualização histórica da “Informação relativa à criação de gado e pastoreio nos distritos de Moçâmedes e Huíla”, produzida por Raquel Soeiro de Brito, adjunta da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar português, em 1968. Os problemas sociais e ecológicos que a pecuária empresarial gerou no sudoeste de Angola, revelados pela polícia política e pela Missão de Inquéritos Agrícolas (MIAA), preocuparam o governo da colónia. Perante uma eventual escalada da conflitualidade na região e o impacto que esta poderia ter no desenrolar da guerra, procurou mobilizar conhecimento científico capaz de orientar na decisão política. A relação entre o poder colonial tardio e a produção de conhecimento geográfico no terreno é posta em evidência. Por fim, fica patente que a geógrafa corroborou o ponto de vista da MIAA, nomeadamente sobre a racionalidade ecológica da transumância dos pastores africanos e as perturbações introduzidas pelos criadores europeus, e apontou para a necessidade de um aprofundamento dos estudos e da participação de geógrafos na discussão das soluções políticas.

This commentary contributes to the historical context of the “Information related to cattle raising and grazing in the districts of Moçâmedes and Huíla”, produced by Raquel Soeiro de Brito, researcher of the Portuguese Overseas Physical and Human Geography Mission, in 1968. The social and ecological problems generated by corporate livestock in southwest Angola, revealed by the political police and the Angola Agricultural Survey Mission (MIAA), worried the government of the colony. Faced with an eventual escalation of conflict in the region and the impact that this could have on the course of the war, it sought to mobilize scientific knowledge capable of guiding political decisions. The relationship between late colonial power and the production of geographical knowledge on the ground is highlighted. Finally, it becomes clear that the geographer corroborated the MIAA's point of view, namely on the ecological rationality of the transhumance of African shepherds and the disturbances introduced by European breeders and pointed out to the need for further studies and the participation of geographers in the discussion of political solutions.

Ce commentaire contribue au contexte historique des "Informations relatives à l'élevage et au pâturage dans les districts de Moçâmedes et Huíla", produites par Raquel Soeiro de Brito, adjointe de la Mission de géographie physique et humaine d'outre-mer portugais, en 1968. Problèmes sociaux et écologiques générés par l'élevage industriel du sud-ouest de l'Angola, révélé par la police politique et la Mission d'enquête agricole d'Angola (MIAA), a inquiété le gouvernement de la colonie. Face à une éventuelle escalade des conflits dans la région et à l'impact que cela pourrait avoir sur le déroulement de la guerre, les autorités politiques cherchent à mobiliser des connaissances scientifiques capables d'orienter ses décisions. La relation entre la puissance coloniale tardive et la production de connaissances géographiques sur le terrain est mise en évidence. Enfin, force est de constater que la géographe a corroboré le point de vue de la MIAA, à savoir sur la rationalité écologique de la transhumance des bergers africains et les perturbations introduites par les éleveurs européens, et pointé la nécessité d'études complémentaires et la participation des géographes à la discussion de solutions politiques.

Este comentario contribuye al contexto histórico de la “Información relacionada con la ganadería y el pastoreo en los distritos de Moçâmedes y Huíla”, elaborado por Raquel Soeiro de Brito, adjunta de la Misión de Geografía Física y Humana en el Ultramar, en 1968. Problemas ecológicos generados por La ganadería empresarial en el suroeste de Angola, revelada por la policía política y la Misión de Investigación Agrícola de Angola (MIAA), preocupó al gobierno de la colonia. Ante

una eventual escalada del conflicto en la región y el impacto que esto podría tener en el curso de la guerra, aquel buscó movilizar conocimientos científicos capaces de orientar sus decisiones políticas. Se destaca la relación entre el poder colonial tardío y la producción de conocimiento geográfico sobre el terreno. Finalmente, está claro que la geógrafa corroboró el punto de vista de la MIAA, es decir, sobre la racionalidad ecológica de la trashumancia de los pastores africanos y las perturbaciones introducidas por los criadores europeos, y señaló la necesidad de más estudios y la participación de los geógrafos en la discusión de soluciones políticas.

## ÍNDICE

**Índice geográfico:** Portugal, Angola

**Índice cronológico:** 1968

**Palavras-chave:** Angola, colonialismo português, geografia humana, pastoreio

**Palabras claves:** Angola, colonialismo portugués, geografia humana, pastoralismo

**Keywords:** Angola, portuguese colonialism, human geography, pastoralism

**Mots-clés:** Angola, colonialisme portugais, géographie humaine, pastoralisme

## AUTOR

**CLÁUDIA CASTELO**

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Email: [claudia.castelo@ics.ulisboa.pt](mailto:claudia.castelo@ics.ulisboa.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7403-4404>